



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Estado de Minas Gerais



PARECER JURÍDICO: 1523/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 278/2023

INEXIGIBILIDADE Nº 111/2023

**INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER,
CULTURA E TURISMO**

**CONTRATAÇÃO DO SHOW DA BANDA
ABLUSADAS PARA APRESENTAÇÃO NO
SARZEDO GOURMET AOS 12 DE AGOSTO DE
2023**

I. RELATÓRIO:

Submete-se ao exame desta Procuradoria, procedimento de contratação, oriundo da Secretaria de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo para análise e emissão de parecer jurídico.

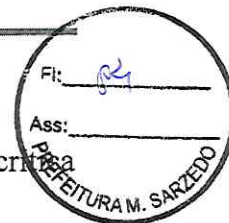
Verifica-se da documentação acostada, tratar-se de consulta quanto à legalidade de contratação do show da banda Ablusadas para apresentação no Sarzedo Gourmet aos 12 de agosto de 2023.

Os autos estão instruídos com os seguintes documentos: Solicitação nº 13197/2023 elaborada pelo Secretário Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Turismo; autorização para instauração do processo administrativo pelo Chefe do Executivo Municipal; Indicação da dotação orçamentária que irá suportar a despesa; Termo de Referência juntamente com a justificativa da contratação da banda; Proposta Comercial; Declaração de exclusividade, assinada por todas as integrantes da banda; Comprovação do reconhecimento nacional da banda; Regularidade fiscal e trabalhista da empresa ROBERTA MAGALHAES SILVA; Documentos de Identificação; Declarações; Notas Fiscais; Portaria nº 353/2023 – Nomeação de comissão de licitação e cadastro de fornecedores; Parecer da comissão de licitação e Minuta contratual.

A compatibilidade do preço proposto para apresentação da banda é comprovada através da apresentação de notas fiscais, compatíveis com o valor apresentado na proposta comercial enviada ao município de Sarzedo/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Estado de Minas Gerais



Por fim, evidencia-se a comprovação da consagração por parte da comissão especializada no âmbito nacional, conforme documentação anexa.

É o breve relatório.

II. FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A *priori*, cumpre destacar que a presente análise será realizada sob a ótica jurídica do procedimento trazido a exame, não cabendo a esta Procuradoria mensurar aspectos técnicos e econômicos da demanda, assim como os relativos à discricionariedade administrativa.

A Constituição da República, no capítulo concernente à Administração Pública, em seu art. 37 trouxe para o ordenamento jurídico constitucional, premissas básicas norteadoras da atividade pública, dentre elas os princípios que devem ser observados por todos os entes federativos, quais sejam, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Em consonância com os princípios constitucionais e com o intuito de propiciar o melhor atendimento ao interesse público, o legislador constituinte permitiu a participação da iniciativa privada na Administração Pública, de forma a garantir a eficiência consagrada no texto constitucional, no inciso XXI do art. 37 da CR/88 através do instituto das licitações, vejamos:

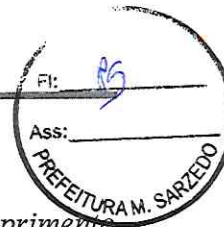
Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Estado de Minas Gerais



econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Verifica-se pela leitura do texto constitucional, que embora a licitação seja a regra geral quando o Poder Público necessita contratar com a iniciativa privada, existem exceções, nos casos elencados na lei regulamentadora das licitações.

A Lei nº 8.666/93, dispõe em seu art. 25, inciso III que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial nos casos de:

III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica ou pela opinião pública.

A contratação de artistas pelo poder público é regida pelas normas gerais de licitação, consubstanciadas principalmente na Lei nº 8.666/93. A natureza subjetividade relativa às artes torna complexa a comparação objetiva que caracteriza o processo licitatório.

Marçal Justen Filho ao explicar a matéria, assim se posiciona:

"A atividade artística consiste em uma emanção direta de personalidade e da criatividade humanas."

Assim, quando a necessidade municipal se relacionar aos préstimos de um artista não haverá critério objetivo de julgamento, restando inviável a seleção por procedimento licitatório.

A Lei de Licitações foi clara ao identificar a inviabilidade de licitação "para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou opinião pública" (artigo 25, inciso III). Além disso, os processos relativos às situações de inexigibilidade, necessariamente justificadas, deverão ser instruídos com a razão da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço (artigo 26, *caput* e parágrafo único).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Estado de Minas Gerais



A inexigibilidade decorre, da falta de pluralidade de alternativas, da impossibilidade de comparação objetiva entre as alternativas porventura existentes, da inexistência de mercado concorrencial relativo ao objeto do futuro contrato.

No que diz respeito à contratação do show da banda, a inviabilidade de competição inicialmente decorre de sua consagração pela crítica especializada, requisito que contém grande margem de subjetividade.

Nas palavras de Diógenes Gasparini:

Qual é essa crítica especializada? A local? A regional? A nacional? Cremos que se pode dizer que é crítica local, regional (estadual) ou nacional, em razão do valor do contrato. Assim, se o contrato estiver dentro do limite de convite, será local; se estiver dentro do limite da tomada de preços, será regional; se estiver dentro do limite de concorrência, será nacional.

Em momento subsequente, a inexigibilidade passa a repousar também na representação direta ou por empresário exclusivo, em razão da contradição lógica entre "exclusividade" e "possibilidade de competição". No caso em tela, ocorre a representação por meio da empresa ROBERTA MAGALHAES SILVA, que detém a exclusividade da comercialização do show da banda, conforme carta de exclusividade anexa ao pleito.

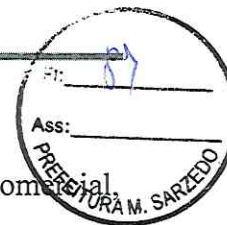
A empresa ROBERTA MAGALHAES SILVA detém documentação jurídica, fiscal e trabalhista regular, nos termos dos artigos 28 e 29, da Lei nº 8.666/93.

Quanto a justificativa do preço, nos termos da Instrução Normativa 73/2020¹, registra-se a juntada de notas fiscais a comprovar que os valores praticados para

¹ Art. 7º Os processos de inexigibilidade de licitação deverão ser instruídos com a devida justificativa de que o preço ofertado à administração é condizente com o praticado pelo mercado, em especial por meio de:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Estado de Minas Gerais



apresentação da banda são compatíveis com o valor apresentado em proposta com
anexa aos autos.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a contratação do show da banda Ablusadas por inexigibilidade de licitação, reveste-se dos pressupostos legais, podendo ser homologada, caso seja esta a decisão da Autoridade Superior.

Destaca-se a necessidade reconhecimento de firma das assinaturas constantes na Carta de Exclusividade.

O presente parecer foi elaborado exclusivamente, com base nas informações contidas nos documentos elencados nos autos, cujo teor é de responsabilidade do respectivo informante.

É o parecer, s.m.j.

Dr. Marco Túlio Batista Salomão
Procurador Geral do Município
OAB/MG 134.482

Sarzedo/MG, 10 de agosto de 2023.

Dr. Marco Túlio Batista Salomão
Procurador Geral do Município
OAB/MG 134.482

I - documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da autorização da inexigibilidade pela autoridade competente;